

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI Nº 216, DE 2010

Sugere projeto de lei que acrescenta o art. 310A ao Código de Processo Penal.

Autor: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul- CONDESESUL

Relator: Deputado PAULO ABI-ACKEL

I – RELATÓRIO

Trata-se de sugestão de projeto de lei enviada pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – CONDESESUL, como o intuito de tornar obrigatório plantão diuturno de assistência jurídica, tornando, também, obrigatória a presença de advogado quando da lavratura de auto de prisão em flagrante.

Consta dos autos declaração da secretaria desta Comissão, no sentido de que a documentação especificada nos incisos I, II e III do artigo 2º do respectivo Regulamento Interno encontra-se regularizada.

II – VOTO DO RELATOR

A proposta em tela visa a evitar a prisão indevida, por falta de assistência jurídica, de pessoas detidas em flagrante.

Aduz o proponente que a comunicação à Defensoria Pública não tem surtido os efeitos necessários, pois os defensores raramente atuam no período noturno e que a análise da documentação é demorada.

Propõe-se, então, que haja assistência jurídica na própria delegacia de polícia, que atue no momento da lavratura do auto de prisão em flagrante.

Parece-nos meritória a sugestão: deve ela prosperar.

A presença de advogado, a prestar assistência jurídica nas delegacias, certamente evitará a prática de inúmeras ilegalidades e garantirá sejam observados os direitos do preso.

Tal incumbência, porém, deverá ser atribuída à Defensoria Pública ou, na sua impossibilidade, à Ordem dos Advogados do Brasil.

Assim, somos pela aprovação da Sugestão nº 216, de 2010, na forma do projeto de lei que ora oferecemos.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado PAULO ABI-ACKEL
Relator